



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

1. Informações sobre o Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Amazonas

Coordenação atual: Dra. Vanessa Leite Mota

Elaborado por: Grupo de Pesquisas Judiciárias

Ano de avaliação: 2024

2. Atos Normativos:

- Resolução CNJ nº 462, de 6 de junho de 2022;
- Portaria TJAM nº 3299, de 04 de outubro de 2022;
- Portaria TJAM nº 1119, de 20 de março de 2023.

3. Ações desenvolvidas no exercício de 2024

O desenvolvimento das ações seguindo as orientações e metas do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ Nº 462, de 6 de junho de 2022, visa aumentar a eficiência da administração pública, cumprindo as atribuições concernentes a este respectivo Grupo.

Objetiva-se por meio deste, apresentar as atividades e ações do Grupo de Pesquisas Judiciárias, elaborados e implementados no ano de 2024, de acordo com as atribuições do referido Grupo.

Pesquisas/Diagnósticos/Levantamentos

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Amazonas possui 28 painéis de Business Intelligence (BI), que estão à disposição para uso pelo público interno do TJAM e foram elaborados para otimizar a atuação de servidores e magistrados em seus diversos segmentos de atuação, podendo ser acessados pelo link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYjUzMDhhNTAtZjVmYi00NzhhLTlkZjYtZjBIMTBm>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

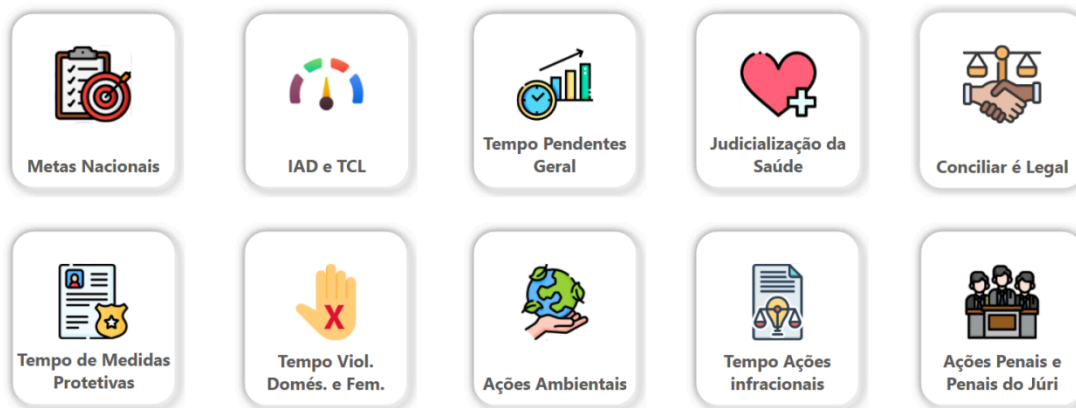
[MzhjMzQ1IiwidCI6IjcyNzEwODAyLTlhMzMtNGQyZC1hMDU1LTMzZDMxY2I0N2Q2MSJ](#)

9 ou pela Intranet, em campo de nome "Painel Estatístico".

Os 28 painéis de BI, em pleno uso no âmbito do TJAM, divididos em seções, tais como: indicadores, Gestão processual, inconsistência. O Painel de Estatísticas permite monitorar as principais as estatísticas do TJAM, incluindo informações como tamanho do acervo, tempos de tramitação, número de processos conclusos, pendentes e baixados, entre outros. O Painel é atualizado mensalmente, com base nos dados disponíveis no DataJud..

Os painéis de BI são relatórios dinâmicos contendo a lista de todos os Relatórios em formatos eletrônicos referente às informações públicas com o objetivo de facilitar a análise e uso irrestrito das informações pelo usuário, podendo também ser realizada a extração dinâmica dos dados em formatos preferencialmente abertos.

Indicadores



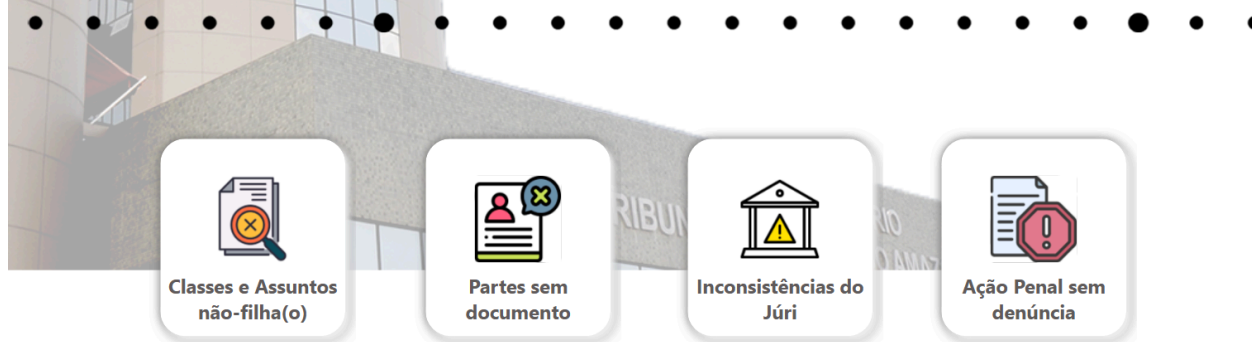


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Gestão Processual



Inconsistências



Outros





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Título da iniciativa: Correções e verificações nas bases de dados dos sistemas do TJAM
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: o GPJ em conjunto com SETIC e NEGE acompanhou e realizou correções e verificações continuamente nas bases de dados dos sistemas do TJAM
Metodologia: realizar batimentos e comparações regulares a fim de encontrar eventuais problemas. Além disso, foram criados Painéis de Business Intelligence - BI sobre inconsistência de dados na alimentação dos sistemas
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: Encaminhamento de informações mensais e semestrais
Início da atividade: maio de 2024
Objetivo: prestar informações a respeito do sistema de Metas Nacionais e sistema Justiça em Números, respectivamente, Sistema de Acessibilidade, PLS e Conciliar é Legal
Metodologia: levantamento de informações obtidas dos sistemas internos e através de consultas a outras unidades do TJAM.
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: realização de diagnósticos
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: realizar diagnósticos sobre temas como Medidas Protetivas de Urgência, Ações Ambientais, Ações Penais, Sistema Nacional de Adoções, Processos Antigos, dentre outros
Metodologia: disponibilização de relatórios através de painéis BI para as Unidades Judiciais e Presidência e Corregedoria
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: Adequação do DataJud
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: NEGE, SETIC e a Comissão do DataJud do TJAM realizaram suas atribuições levando em consideração as parametrizações definidas pelo CNJ, buscando a parametrização do DataJud
Metodologia: parametrização do DataJud, base de dados instituída através da Resolução CNJ nº 331/2020.
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: realização de estudos de quantitativos processuais
Início da atividade: maio de 2024
Objetivo: realizar estudos de quantitativos processuais por competência, produtividade de Unidades Judiciais de primeiro e segundo grau para embasar criação de novas Unidades
Metodologia: avaliação da força de trabalho por demandas judiciais, além de levantamento das maiores necessidades de capacitação junto às Unidades Judiciais
Data de fim da atividade: dezembro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Título da iniciativa: estudo sobre Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: subsidiar estudo sobre Demandas Repetitivas e Grandes litigantes junto ao Centro de Inteligência do TJAM
Metodologia: por meio de levantamentos de dados
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: auxílio ao Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM
Início da atividade: janeiro de 2024
Objetivo: auxiliar o Laboratório de Inovações na elaboração dos instrumentos de pesquisa
Metodologia: trabalhou em conjunto com o Núcleo de Gerenciamento de Projetos para concepção das ferramentas de auxílio à elaboração de projetos, além de atuar em conjunto com a Secretaria de Planejamento na Gestão Participativa
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: orientação aos trabalhos de saneamento realizados continuamente pelo NEGE e SETIC
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: realizar levantamentos focados na identificação e correção de inconsistências
Metodologia: identificando processos sem classe/assunto filho e identificação de processos sem informação do documento principal das partes, tais informações estão disponibilizadas em Painéis de Business Intelligence- BI
Data de fim da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: Painel de Acompanhamento de Precedentes
Início da atividade: julho de 2024
Objetivo: realizar levantamentos focados na identificação e correção de inconsistências
Metodologia: Fornecendo dados estatísticos relativos aos processos vinculados aos precedentes qualificados, seja sob o rito do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) seja do IAC (Incidente de Assunção de Competência) seja dos Recursos Repetitivos ou de Repercussão Geral, os quais estejam tramitando no âmbito do 2.º Grau.
Data de fim da atividade: setembro de 2024

Título da iniciativa: Desenvolver estudo sobre demandas repetitivas no TJAM.
Início da atividade: maio de 2024
Objetivo: Garantir que essas causas tenham a mesma solução, ganhando-se, assim, celeridade, isonomia e segurança jurídica no tratamento de questões com grande repercussão social.
Metodologia: 1 - elaboração Painéis BI para a identificação das demandas predatórias do TJAM; 2 - Implementação de ações gerenciais para o enfrentamento e eliminação (causa raiz) das demandas predatórias e médio prazo.
Data de fim da atividade: setembro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Título da iniciativa: Relatório da Semana da Baixa Processual
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: demonstrar os dados referentes à Semana de Baixa Processual do Tribunal de Justiça do Amazonas
Metodologia: dados foram extraídos dos sistemas SAJ e Projudi e usados como comparativos
Fim da atividade: julho de 2024

Título da iniciativa: Ampliação da Pesquisa de Satisfação de Cliente externo
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes, visando superar as dificuldades de acesso à justiça
Metodologia: Disponibilização da Pesquisa online no Portal Eletrônico do TJAM; Disponibilização da Pesquisa online, por meio de disponibilização do material de divulgação com QR-code nas recepções das Unidades da Capital e Interior pertencentes ao Poder Judiciário Estadual
Início da atividade: dezembro de 2024

Título da iniciativa: Alinhamento de ações com grupos de pesquisas da EJUD
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: Alinhar ações conjuntas para a valorização e visibilidade dos trabalhos científicos dos servidores e magistrados do TJAM
Metodologia: diálogos por meio de reuniões
dezembro de 2024

O GPJ em conjunto com o NEGE, e SETIC acompanharam de forma contínua as TPUs e suas atualizações orientando as Unidades quanto sua utilização adequada.

O GPJ atuou junto a Comissão do DataJud nesse processo e encaminhou os dados ao CNJ observando o MTD. O TJAM possui, hoje, 100% de processos no DataJud aderentes ao atual Modelo de Transmissão de Dados. Fonte: Painel de Saneamento CNJ.

Capacitações

Título da iniciativa: curso "Painéis de Metas e Business Intelligence (BI)"
Início da atividade: 27 de fevereiro de 2024
Objetivo: Divulgar e orientar servidores e magistrados para a utilização dos painéis Business Intelligence (BI) elaborados pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e pela equipe de Tecnologia da Informação do TJAM
Metodologia: durante o curso os participantes acompanharam a evolução de ferramentas de BI e como aplicá-las no Judiciário do Amazonas e como utilizar tais recursos tecnológicos de modo que estes auxiliem a gestão processual e tomada de decisões.
Data de fim da atividade: 27 de fevereiro de 2024
Link de Acesso: curso presencial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS



Servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas participaram do curso “Painéis de Metas e Business Intelligence (BI)”, promovido pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Ejud/TJAM). Na segunda-feira (27/02/2024), a capacitação foi ministrada na modalidade presencial, no auditório do Centro Administrativo Des. José Jesus Ferreira Lopes, para servidores das unidades da capital.

A formação é importante para divulgar os painéis para as unidades judiciárias, pois as ferramentas de BI são úteis para a gestão processual das unidades. Por meio delas consegue-se observar como anda o acervo; verificar as suas situações; detectar processos antigos; processos que poderiam ser baixados; verificar os indicadores, sua situação atual; taxa de congestionamento; índice de atendimento à demanda; entre outros.

Título da iniciativa: treinamento PROJUDI 4.0
Início da atividade: 01/04/2024
Objetivo: levar aos alunos uma maior compreensão e domínio das funcionalidades do Sistema Projudi, tornando os processos e a tramitações cada vez mais célere
Metodologia: aula dialogada por meio de videoconferência
Data de fim da atividade: 01/04/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

FORMAÇÃO BÁSICA - AUTOINSTRUCIONAIS

CURSO AUTOINSTRUCIONAL

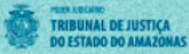
PROJUDI 4.0

Dia 01.abr | Duração: 86 horas (8 módulos)

Inscrições abertas em: <https://bit.ly/AVAEJUD>



ELIEDER BONET ABENSUR
Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Especialista em Metodologia do Ensino à Docência Superior e Direito Processual. Bacharel em Direito. Pedagogo. Assistente de Controladoria da Assessoria de Conformidade e Controle (TJAM).



Seguindo com sua missão institucional de formar, atualizar e aprimorar os servidores, no que diz respeito à prestação de seus serviços jurisdicionais, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (EJUD/TJAM) promoveu o curso “Projudi 4.0”.

O curso tem a finalidade de levar aos alunos uma maior compreensão e domínio das funcionalidades do Sistema Projudi, tornando os processos e a tramitações cada vez mais célere e os servidores mais qualificados nas suas respectivas obrigações; garantindo que os inscritos tenham todas as ferramentas necessárias para compreender os assuntos e as aulas possuam dinamicidade.

Título da iniciativa: Mapeamento de indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade 2024
Início da atividade: 22/04/2024
Objetivo: aproximar os servidores dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade ligados à competência das unidades judiciárias atendidas
Metodologia: aula dialogada por meio de videoconferência
Data de fim da atividade: 24/04/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Nos dias 22 a 24 de abril, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Ejud/TJAM) em parceria com o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (Nege) realizaram o Workshop “Mapeamento de indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade 2024” voltado para os gestores das unidades judiciárias da capital e do interior.

A formação aconteceu por meio da plataforma do Google Meet e teve reuniões com uma hora de duração para cada grupo de varas e juizados agrupados por competência com o objetivo de personalizar o conteúdo abordado. Foram 157 servidores e servidoras capacitados de 106 unidades judiciárias do Estado.

O objetivo do curso foi aproximar os servidores dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade ligados à competência das unidades judiciárias atendidas. Foi explicado itens que competem a cada um, usamos exemplos práticos das próprias unidades por meio dos painéis específicos e fomos analisando juntos com os responsáveis para dar sugestões de como melhorar cada indicador.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Início da atividade: 18/11/2024
Objetivo: Buscar aperfeiçoamento dos servidores quanto ao uso das TPU's.
Metodologia: aula dialogada por meio de videoconferência e presencial
Data de fim da atividade: 24/04/2024

I CICLO - USO DAS TPU's NO DIA A DIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

 18 de Novembro

 Auditório Des. Arthur Virgílio

 **ESCOLA JUDICIAL**

 **PODER JUDICIÁRIO**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

As Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) são ferramentas indispensáveis para a modernização e eficiência do Poder Judiciário. Um curso sobre o uso das TPUs no dia a dia da unidade judiciária é fundamental para garantir que todos os envolvidos compreendam e utilizem corretamente essa ferramenta, contribuindo para a padronização e agilidade dos processos.

Publicações

O Tribunal de Justiça do Amazonas laureou três pessoas com a entrega do “Prêmios Eduardo Ribeiro e Memória TJAM”. Os prêmios têm como finalidade, preservar o passado para a construção de um futuro sólido, como destaca a presidente Nélia Caminha realizado dia 08/08/2024, as obras premiadas fazem parte da coletânea digital: https://drive.google.com/file/d/1_pqZfZi9HFq9w5a6Gz0Cgkpx8kBY8zHU/view?usp=sharing

Título: Ebook Prêmio Eduardo Ribeiro e Memória TJAM
Início da atividade: 2024
Resumo: o Ebook traz os artigos selecionados nos “Prêmios Eduardo Ribeiro e Memória TJAM” têm como finalidade, preservar o passado para a construção de um futuro sólido
Link para acesso à publicação: https://drive.google.com/file/d/1_pqZfZi9HFq9w5a6Gz0Cgkpx8kBY8zHU/view?usp=sharing
Data de fim da atividade: 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS



Prêmios
Eduardo Ribeiro e
Memória TJAM

Ed. 2023

Coletânea dos textos premiados

Organização:
Juarez C. da Silva Jr.

COMISSÃO DE GESTÃO DA MEMÓRIA



Prêmios
Eduardo Ribeiro e
Memória TJAM

Ed. 2023

Coletânea dos textos premiados

Organização:
Juarez C. da Silva Jr.

CEMECJAM
2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prêmios Eduardo Ribeiro e memória TJAM [livro eletrônico] : coletânea dos textos premiados / organização Juarez C. da Silva Junior. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Ed. dos Autores, 2024. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-10434-8

1. Amazonas (Estado) - História 2. Divulgação científica 3. Memória cultural 4. Prêmio Eduardo Ribeiro - Amazonas 5. Pesquisa científica I. Silva Junior, Juarez C. da.

24-218747

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Divulgação científica 501

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Prêmios Eduardo Ribeiro e Memória TJAM Ed.2023
Subtítulo: Coletânea dos textos premiados © 2024 by
[CEMECJAM, Juarez C. da Silva Junior \(Org.\)](#) is licensed
under [CC BY-NC-SA 4.0](#)

Título da iniciativa: Relatório de Pesquisa de Satisfação Externa

Início da atividade: 21/03/2024

Objetivo: buscar aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Amazonas, consoante ao disposto no Arts. 24, inciso II, da Lei 14.129/2021 e Art. 23 da Lei nº 13.460/2017.

Metodologia: por meio de levantamentos de dados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Link: <https://www.tjam.jus.br/joomlatools-files/fileman-files/Transpar%C3%A2ncia/Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20Pesquisa%20de%20Satisfa%C3%A7%C3%A3o%20Externa%20do%20TJAM%20-%202023.pdf>

Data de fim da atividade: 21/03/2024



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Amazonas

RELATÓRIO DE PESQUISA
PESQUISA DE SATISFAÇÃO EXTERNA DO TJAM 2023

RESUMO

DATA DO RELATÓRIO	NOME	PREPARADO POR
21/03/2024	Relatório sobre Pesquisa de Satisfação Externa do TJAM	Gizelly Caroline França Guimarães

INTRODUÇÃO

Este relatório busca promover uma base de dados para a tomada de decisões da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, visto que o Tribunal de Justiça do Amazonas vem buscando aprimorar cada vez mais a qualidade dos seus serviços. Em agosto de 2023 foi realizada a pesquisa de satisfação externa do TJAM, por meio da qual houve a participação de 74 entrevistados, especificamente os jurisdicionados, que avaliaram a qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, acrescentaram suas riquíssimas contribuições que posteriormente serão analisadas e deliberadas as decisões por meio desse aporte.

Busca-se informar ainda quantitativa e qualitativamente a satisfação em relação aos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, em relação à: Condição física das instalações (limpeza, conservação); Sinalização para localização das Unidades Judiciárias e Administrativas; Acesso às instalações físicas à Pessoas com Deficiência; Tempo de espera para ser atendido no balcão de atendimento das unidades judiciárias; Atendimento oferecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas quanto ao atendimento pessoal (educação, cortesia e atenção); Facilidade de acesso às informações processuais nas Unidades Judiciárias e administrativas; Cumprimento do horário previsto para as audiências; Servidores esclarecem corretamente dúvidas dos Serviços; Os processos são concluídos no prazo previsto na forma da legislação; Acesso ao sítio eletrônico (www.tjam.jus.br), facilidade no uso, conteúdo das notícias veiculadas, entre outros serviços úteis; Acesso ao sítio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Título da iniciativa: 1.º Congresso de Pesquisa Judiciária no Amazonas
Início da atividade: 02/10/2024
Objetivo: promover o encontro da academia e da pesquisa com o Poder Judiciário, com o intuito de buscar a melhor prestação de serviço e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário
Metodologia: aula dialogada e interativa, aberto à debates
Data de fim da atividade: 02/10/2024

O Grupo de Pesquisas Judiciárias contribuiu para a realização do 1.º Congresso de Pesquisa Judiciária no Amazonas (CPJAM) na manhã no dia 02/10/2024, com apoio da Escola Judicial do TJAM e do Laboratório de Inovação do TJAM. O evento foi realizado no auditório Desembargador José de Jesus Ferreira Lopes, localizado no prédio anexo à sede do Poder Judiciário na capital do Amazonas.

O evento teve a participação da pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Olivia Pessoa, que ministrou a palestra “A Ciência em Prol do Sistema de Justiça em Contextos Amazônicos”. Para a pesquisadora, é imprescindível “falar sobre pesquisa empírica e aplicada, especialmente no que visa a informar a tomada de decisão e construção de políticas judiciárias, olhando para as singularidades e peculiaridades do estado do Amazonas”.

Desse modo, o evento buscou promover o encontro da academia e da pesquisa com o Poder Judiciário, com o intuito de buscar a melhor prestação de serviço e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário.

Iniciativas de articulação com outras unidades do Tribunal ou com outras instituições

Título da iniciativa: Cerimônia de premiação da 2.ª Edição do "Prêmio Desembargadora Nayde Vasconcelos
Início da atividade: 02/10/2024
Objetivo: Concurso de artigos científicos escritos por mulheres, objetivando fomentar a participação feminina na produção de conteúdos científicos
Metodologia: premiação em dinheiro das três primeiras colocadas e menção honrosa da quarta e quinta colocada
Data de fim da atividade: 02/10/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS



Em parceria com o Grupo de Participação Feminina e Escola Judicial do TJAM foi realizado no dia 02 de outubro de 2024 a cerimônia de entrega do 2º "Prêmio Desembargadora Nayde de Vasconcelos", instituído pela Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas (Eastjam) com o objetivo de fomentar a participação feminina na produção de conteúdos científicos.

Voltado para a produção científica realizada por mulheres, o prêmio foi lançado em em 2022 e, nesta segunda edição, teve como vencedoras Livia Lima Rymer; Bruna Homem Andriol; Jáise Fraxe Tavares; e Maria das Graças Dias.

As quatro autoras, uma em cada um dos eixos temáticos previstos no edital, receberam os certificados da premiação e também a "Medalha do Mérito Acadêmico" da Ejud, além do prêmio de R\$ 5.000,00 previsto no edital de abertura do certame.

Título da iniciativa: Ampliação da Pesquisa de Satisfação de Cliente externo
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes, visando superar as dificuldades de acesso à justiça
Metodologia: Disponibilização da Pesquisa online no Portal Eletrônico do TJAM; Disponibilização da Pesquisa online, por meio de disponibilização do material de divulgação com QR-code nas recepções das Unidades da Capital e Interior pertencentes ao Poder Judiciário Estadual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Início da atividade: dezembro de 2024



Título da iniciativa: Alinhamento de ações com grupos de pesquisas da EJUD
Início da atividade: março de 2024
Objetivo: Alinhar ações conjuntas para a valorização e visibilidade dos trabalhos científicos dos servidores e magistrados do TJAM
Metodologia: diálogos por meio de reuniões
Fim da atividade: dezembro de 2024

Outras iniciativas

Título da iniciativa: Relatório da Semana da Baixa Processual
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: demonstrar os dados referentes à Semana de Baixa Processual do Tribunal de Justiça do Amazonas
Metodologia: dados foram extraídos dos sistemas SAJ e Projudi e usados como comparativos
Fim da atividade: julho de 2024

O Grupo de Pesquisas Judiciárias em parceria com a Secretaria de Planejamento e Coordenação de Metas realizou a Semana da Baixa Processual com vistas a melhorias de indicadores como Taxa de Congestionamento Líquida, Índice de Atendimento à Demanda e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Tempo Médio de Tramitação de Processos. Segue o Relatório desenvolvido pelo GPJ em parceria com o NEGE sobre a Semana da Baixa.

**Relatório Semana da Baixa Processual do Tribunal de Justiça do Amazonas em 2024 -
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e Grupo de Pesquisas Judiciárias**

Relatório Semana da Baixa do Tribunal de Justiça do Amazonas em 2024.

1. Introdução

O presente relatório demonstra os dados referente a Semana de Baixa Processual do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no período de 08 a 19 de julho de 2024.

A Semana de Baixa Processual tem por objetivo melhorar a eficiência na prestação jurisdicional assim como visa a melhoraria dos indicadores estatísticos medidos pelo Conselho Nacional de Justiça, tais como: Taxa de Congestionamento, Índice de Atendimento à Demanda, IPC-Jus, Índice de Produtividade de Servidores e Magistrados, entre outros.

Os dados foram extraídos dos sistemas SAJ e Projudi. O total de processos baixados foi mensurado através das movimentações: 22 - Baixa Definitiva e 246 - Arquivamento Definitivo.

É importante salientar que, apesar da Semana da Baixa ter sido realizada entre os dias 08 a 19 de julho de 2024, a listagem de processos é disponibilizada para as Unidades Judiciárias diariamente através do Painel da Baixa disponível na Intranet. Desta forma, as varas podem proceder com as baixas processuais independente do evento Semana da Baixa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
AMAZONAS

2. Resultados

No *gráfico 01* abaixo é possível observar o total de processos baixados diariamente no sistema Projudi. Durante os 12 (doze) dias de realização, a média de processos baixados diariamente foi de 1.620 processos, sendo os dias 15, 16, 18 e 19 de julho os que apresentaram um maior volume de baixa processual.

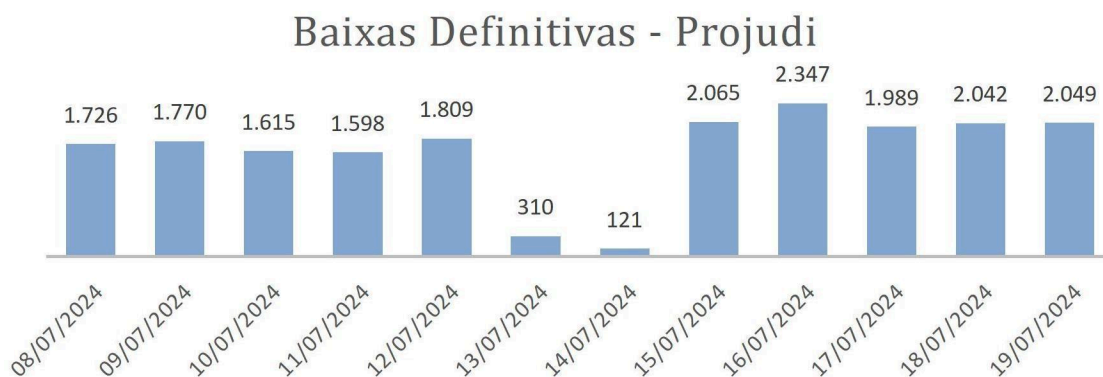


Gráfico 01: Baixas processuais no sistema Projudi.

De mesmo modo, o gráfico 02 abaixo ilustra as baixas processuais no sistema SAJ. Durante os 12 (doze) dias, a média de baixas processuais foi de 1.384 processos diariamente, com os dias 18 e 19 de julho os que apresentaram um maior volume de baixa processual.

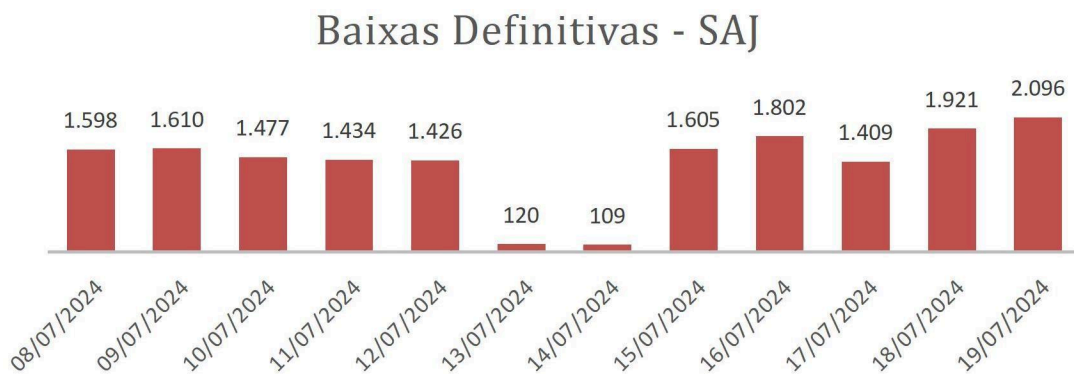


Gráfico 02: Baixas processuais no SAJ.

Rede de Pesquisas Judiciárias



Semanas	Projudi	SAJ	Total
08/07/24 a 13/07/24	8.828	7.665	16.493
14/07/24 a 19/07/24	10.613	8.942	19.555

Tabela 01: Comparativo de baixas processuais entre semanas, SAJ e Projudi.

Na tabela acima comparam-se, com dados do SAJ e Projudi durante as duas semanas de baixa processual. Podemos observar que houve um maior quantitativo de baixa processual na segunda semana, com 19.555 processos contra 16.493 da semana anterior. É possível destacar ainda que, durante os 12 (doze) dias foram baixados 36.048 processos.

3. Considerações finais

Através dos resultados exibidos, consideramos que a Semana da Baixa 2024 apresentou resultado bastante positivo, com uma quantidade de processos baixados bem acima do padrão de baixas semanais durante o ano.

Desta forma, este Núcleo de Estatística destaca a importância desta ação e recomendamos sua realização de forma periódica para melhoria dos indicadores deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Título da iniciativa: Relatório de análise de grandes litigantes
Início da atividade: junho de 2024
Objetivo: Analisar os processos em face do Banco Bradesco já que são uma demanda de grandes Litigantes nos acervos do Juizados Especiais Cíveis, referentes ao período de 2021-2023.
Metodologia: dados foram extraídos dos sistemas SAJ e Projudi e usados como comparativos
Fim da atividade: julho de 2024

Rede de Pesquisas Judiciárias

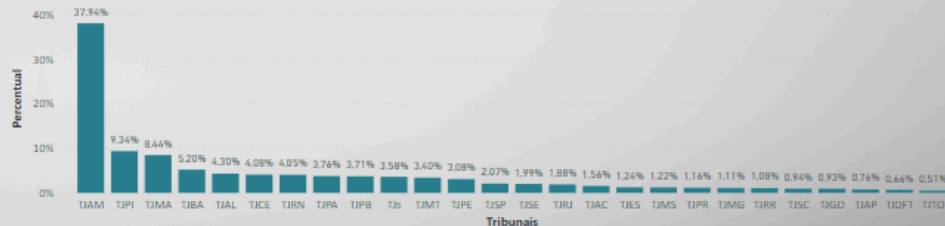


PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Introdução

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Banco Bradesco S.A. é classificado como grande litigante do judiciário brasileiro. Dentre os demais tribunais de justiça estaduais, o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) se destaca dentre os demais, onde os processos abertos em face do Banco Bradesco representa cerca de 37,94% de todo o seu acervo nos Juizados Especiais Cíveis.

Processos Distribuídos nos Juizados Especiais Cíveis em face do Banco Bradesco S.A.



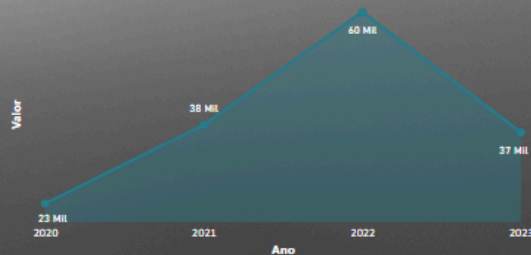
TJAM

A partir disto, partindo para uma perspectiva individual apenas dos processos que possuem uma OAB cadastrada como advogado do TJAM de 2020 até maio de 2023, observa-se que ao longo dos anos, os Juizados Especiais Cíveis sofreram um aumento no ingresso de processos com o Banco Bradesco como parte passiva, saltando de 23.359 mil em 2020 para 59.675 mil em 2022, um aumento de 255,46%. Atualmente, apenas até o final de maio de 2023, já possuem 36.822 mil processos, percentual superior à 50% do registrado no ano anterior, o que indica que provavelmente o total de casos novos de 2023 passará o de 2022 chegando à ao patamar mais elevado dentro do período analisado.

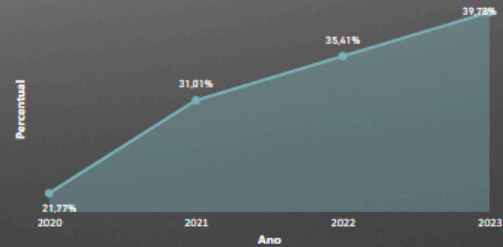
Selecione uma Unidade

TJAM

Processos Distribuídos nos Juizados Especiais Cíveis em face do Banco Bradesco S.A.



Proporção de Processos Distribuídos em face do Banco Bradesco S.A.



NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA - NEGE

Rede de Pesquisas Judiciárias



PLANO DE AÇÕES DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS PARA O ANO DE 2025

1. Informações sobre o Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Amazonas

Coordenação atual: Dr. Julião Lemos Sobral Júnior

Elaborado por: Grupo de Pesquisas Judiciárias

Ano de avaliação: 2025

2. Atos Normativos:

- Resolução CNJ nº 462, de 6 de junho de 2022;
- Portaria TJAM nº 3299, de 04 de outubro de 2022;
- Portaria TJAM nº 511, de 11 de fevereiro de 2025.

Pesquisas/Diagnósticos/Levantamentos

Título da iniciativa: Incentivo à Produção de Artigos Científicos por Servidores e Magistrados
Objetivo: Promover a excelência acadêmico-científica no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do estímulo à produção intelectual qualificada, estabelecendo um ecossistema de conhecimento que integre a prática judiciária às investigações científicas, fortalecendo a cultura de pesquisa jurídica aplicada às peculiaridades amazônicas e aos desafios contemporâneos da justiça estadual
Responsável: Gizelly Guimarães
Metodologia: 1 - Realizar levantamento das áreas prioritárias para pesquisa no contexto amazônico, identificando temas de relevância jurídica, social e ambiental específicos da região, bem como as competências e interesses dos magistrados e servidores; 2 - Estruturar núcleos de pesquisa interdisciplinares com participação de magistrados, servidores e pesquisadores convidados; 3- Lançar edital periódico (semestral ou anual) para seleção de projetos de pesquisa de magistrados e servidores, com definição clara de linhas temáticas prioritárias, critérios de avaliação, prazos para desenvolvimento e requisitos formais para submissão. O edital preverá também a orientação metodológica, condições para publicação dos resultados e mecanismos de incentivo institucional, como reconhecimento de horas de pesquisa para progressão

Rede de Pesquisas Judiciárias



funcional; Premiação anual de melhores artigos por categoria; 4 - Revista Científica Própria: Implementar periódico científico institucional com rigoroso processo de avaliação por pares, indexado em bases de dados reconhecidas, para publicação das pesquisas desenvolvidas.

Título da iniciativa: Relatório de Pesquisa de Satisfação Externa
Objetivo: buscar aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Amazonas, consoante ao disposto no Arts. 24, inciso II, da Lei 14.129/2021 e Art. 23 da Lei nº 13.460/2017.
Responsável: Gizelly Guimarães
Metodologia: por meio de levantamentos de dados

Título da iniciativa: Criação da página do GPJ no site do TJAM
Objetivo: Inclusão de página do site do TJAM para divulgação do GPJ, apresentação de atos normativos, composição e atividades.
Responsável: Gizelly Guimarães
Metodologia: Por meio de levantamentos de dados e utilização dos setores do TJAM

Título da iniciativa: Relatório da Semana da Baixa
Objetivo: demonstrar os dados referentes à Semana de Baixa Processual do Tribunal de Justiça do Amazonas
Responsável: Edson e Mário
Metodologia: dados foram extraídos dos sistemas SAJ e Projudi e usados como comparativos

Título da iniciativa: <u>Elaboração de Relatórios sob demanda</u>
Objetivo: Elaboração de Relatórios sob demanda para dar suporte nos estudos e pesquisas realizadas.
Responsável: Lúcia
Metodologia: Extração de dados dos sistemas SAJ e Projudi

Título da iniciativa: Gestão do processo migratório do SAJ/PROJUDI e acompanhamento do seu impacto nas Metas estabelecidas pelo CNJ

Rede de Pesquisas Judiciárias



Objetivo: Analisar eficiência dos sistemas: 1) Comparar o desempenho histórico de unidades judiciárias que operavam com SAJ e atualmente operam com o PROJUDI; Avaliar satisfação dos usuários: 2) Coletar feedback de magistrados, servidores e advogados sobre a usabilidade e eficiência do novo sistema; 3) Verificar como as limitações ou melhorias nos sistemas impactam o trabalho diário dos operadores do Direito; Propor melhorias e estratégias de otimização: 4) Sugerir aprimoramentos técnicos e operacionais para os sistemas SAJ e PROJUDI. Elaborar recomendações para aumentar a celeridade processual e reduzir o congestionamento de processos.

Responsável: Fábio Tavares Amorim

Metodologia: Coleta de dados e pesquisas por meio de formulários

Título da iniciativa: Relatório de pesquisa “acesso à justiça aos imigrantes venezuelanos

Objetivo: demonstrar os dados referentes à pesquisa do acesso à justiça aos imigrantes venezuelanos

Responsável: Gizelly Guimarães

Metodologia: dados foram extraídos da pesquisa com os venezuelanos, por meio do do google forms

Título da iniciativa: Observatório de Precedentes Qualificados: Sistematização e Difusão da Jurisprudência Superior no Contexto Jurisdicional Amazonense

Objetivo: Identificar, sistematizar e difundir os precedentes vinculantes e persuasivos dos Tribunais Superiores (STF e STJ) com relevância para a realidade processual e substantiva do Tribunal de Justiça do Amazonas, estabelecendo um mecanismo permanente de monitoramento e atualização jurisprudencial que potencialize a segurança jurídica, a uniformização decisória e a celeridade processual nas unidades jurisdicionais amazonenses.

Responsável: Fábio Tavares Amorim

Metodologia: 1- Identificar as principais matérias e controvérsias recorrentes nos processos do TJAM, categorizando-as por relevância estatística, complexidade jurídica e impacto social, estabelecendo um quadro de prioridades para a pesquisa de precedentes; 2- Contribuir com o desenvolvimento de mecanismo informatizado de monitoramento contínuo das decisões dos Tribunais Superiores, com filtros específicos para identificação de teses com impacto direto na jurisdição amazonense; 3- Realizar diagnóstico detalhado sobre a viabilidade e planejamento estratégico para a criação de Núcleos de Justiça 4.0 ou unidades congêneres especializadas no processamento e julgamento de demandas repetitivas, com foco nas matérias de maior impacto no Prêmio CNJ de Qualidade, contemplando: a) Análise estatística das

Rede de Pesquisas Judiciárias



demandas de massa no TJAM; b) Definição de critérios para seleção de matérias prioritárias; c) Proposta de estrutura física e tecnológica; d) Dimensionamento de recursos humanos necessários; e) Estabelecimento de fluxos processuais otimizados; e e) Integração com os sistemas de precedentes; 4- Contribuir com a equipe para análise dos precedentes identificados, avaliando sua aplicabilidade e distinguindo quando necessário as situações que demandam adaptação interpretativa; Produzir publicações digitais periódicas contendo análises detalhadas dos precedentes mais relevantes, com descrição da tese firmada, contexto fático, ratio decidendi, questões processuais relacionadas e orientações práticas para aplicação; 5- Implementar sistema online de consulta categorizada dos precedentes, com interface amigável, sistema de busca avançada por tema, comarca, unidade jurisdicional e tipo de ação, permitindo atualizações em tempo real e notificações personalizadas aos magistrados sobre novos precedentes em suas áreas de atuação; 6- Realizar treinamentos presenciais e virtuais nas diversas comarcas do estado, abordando a aplicação prática dos precedentes mapeados, com simulações de casos concretos e orientações sobre técnicas de distinção (distinguishing) e superação (overruling); 7- Contribuir no desenvolvimento de módulo de sugestão automática de precedentes aplicáveis durante a elaboração de decisões no sistema de processo eletrônico, com base nas classes processuais e assuntos cadastrados; 8- Contribuir com o estabelecimento de mecanismos de monitoramento da aplicação dos precedentes nas unidades jurisdicionais, mensurando a redução de recursos, o tempo de tramitação processual e a uniformização decisória, utilizando esses dados para aprimoramento contínuo da metodologia.

Título da iniciativa: Guia Cartorário Digital: Manual Operacional Integrado do PROJUDI para Excelência Jurisdicional e Cumprimento das Metas do CNJ"

Objetivo: Desenvolver um instrumento técnico-operacional abrangente e pragmático que oriente servidores e colaboradores do TJAM na utilização otimizada do sistema PROJUDI, consolidando fluxos de trabalho eficientes, padronizados e alinhados às boas práticas nacionais, promovendo a uniformização de procedimentos cartorários digitais e estabelecendo rotinas operacionais estrategicamente direcionadas ao cumprimento das metas de nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, contribuindo para o aprimoramento dos indicadores de produtividade, celeridade e qualidade na prestação jurisdicional em todo o Estado do Amazonas.

Responsável: Phillip Cavalcante e Raphael Almeida

Metodologia: 1- Realizar mapeamento detalhado dos processos de trabalho cartorários atuais em amostragem representativa das comarcas do estado, identificando gargalos, redundâncias, variações procedimentais e oportunidades de otimização, com ênfase na relação entre operação do PROJUDI e cumprimento de metas do CNJ; 2- Pesquisar e analisar sistematicamente as boas práticas relacionadas à gestão cartorária em tribunais referência no país, especialmente aqueles com alto desempenho no

Rede de Pesquisas Judiciárias



cumprimento das metas do CNJ, adaptando soluções exitosas ao contexto local; 3- Implementar ambiente virtual de testes para simulação de procedimentos cartorários, permitindo o desenvolvimento e validação de soluções antes de sua incorporação ao manual, testando os impactos de diferentes configurações e fluxos de trabalho; 4- Adotar metodologia de desenvolvimento colaborativo do manual, envolvendo serventuários experientes de diferentes comarcas, especialistas em gestão judiciária e em tecnologia, realizando ciclos de feedback e revisão contínua para refinamento do conteúdo; 5- Organizar o manual em módulos independentes mas interconectados, contemplando: a) operações básicas e avançadas do PROJUDI (passo a passo ilustrado); b) Fluxos procedimentais específicos por tipo de ação e fase processual; c) Configurações otimizadas para diferentes perfis de usuário; d) Estratégias práticas para cumprimento de cada meta do CNJ; e e) Soluções para situações atípicas e contingências; 6- Incorporar elementos visuais abundantes como fluxogramas, capturas de tela anotadas, ícones indicativos e códigos de cores para facilitar a compreensão e aplicação, complementados por vídeos tutoriais acessíveis via QR code; 7- Disponibilizar o manual em formato digital responsivo (acessível via desktop, tablet e smartphone), permitindo consulta contextual rápida durante a execução das atividades cartorária, com sistema de busca avançada, indexação temática e marcadores personalizados; 8- - Estabelecer cronograma de implementação do manual por etapas, iniciando com unidades-piloto selecionadas estrategicamente, coletando dados de desempenho antes e depois da adoção das práticas recomendadas; 9- Instituir mecanismo de revisão semestral do conteúdo, incorporando automaticamente atualizações do sistema PROJUDI, novas metas do CNJ e feedback dos usuários, garantindo a perenidade da utilidade do manual; 10 - Criar processo de verificação periódica de aderência das unidades cartorária às práticas recomendadas no manual, com reconhecimento institucional para as que demonstrarem excelência na aplicação e resultados comprovados.

Título da iniciativa: "Programa Integrado de Gestão de Execuções Fiscais: Implementação Sistêmica dos Precedentes de Repercussão Geral no TJAM"

Objetivo: Desenvolver e implementar um conjunto articulado de estratégias processuais, gerenciais e tecnológicas para a efetiva aplicação dos precedentes de repercussão geral relacionados às execuções fiscais no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas, promovendo a uniformização decisória, a segurança jurídica e a racionalização do acervo processual fiscal, com foco na redução do congestionamento jurisdicional e na concretização dos princípios da eficiência e da razoável duração do processo nas Varas de Execução de Execuções Fiscais.

Responsável: Fábio Tavares Amorim

Metodologia: 1- Identificar, sistematizar e categorizar todos os temas de repercussão geral relacionados às execuções fiscais, elaborando fichas técnicas detalhadas sobre

Rede de Pesquisas Judiciárias



cada precedente, com destaque para sua ratio decidendi, extensão e limites de aplicabilidade, hipóteses de distinção e superação; 2- Contribuir com o levantamento estatístico do acervo de execuções fiscais no TJAM, estratificando-o por valor cobrado, fase processual, matéria tributária e tempo de tramitação, identificando padrões e grupos de processos impactados por cada tema de repercussão geral; 3- Constituir equipe dedicada à implementação do projeto, composta por magistrados com expertise, servidores das varas fiscais, procuradores fazendários e especialistas na área tecnológica; 4- Contribuir com o desenvolvimento de critérios de priorização e fluxos específicos para tratamento dos processos conforme impacto dos precedentes, estabelecendo protocolos detalhados para a) identificação automatizada dos processos afetados; b) saneamento em lotes de processos similares; c) decisões padronizadas com fundamentação específica; d) tratamento diferenciado para os casos que demandem distinção; 5- Implementar ferramenta tecnológica integrada ao PROJUDI que identifique automaticamente a aplicabilidade dos temas de repercussão geral às execuções fiscais em tramitação, gerando alertas e sugerindo minutas de decisões adequadas ao caso concreto; 6- Propor e contribuir com o desenvolvimento de canal permanente de comunicação com as Procuradorias Fiscais estaduais e municipais para alinhamento de entendimentos sobre os impactos dos precedentes, desenvolvendo protocolos conjuntos de atuação para casos repetitivos; 7- Realizar treinamentos específicos para magistrados e servidores das varas fiscais sobre o conteúdo e aplicação dos temas de repercussão geral, com oficinas práticas para análise de casos concretos e elaboração de decisões; 8- Organizar esforços concentrados para julgamento em lotes de processos afetados por cada tema de repercussão geral; Implementar dashboard de acompanhamento em tempo real dos indicadores de desempenho relacionados à aplicação dos precedentes, incluindo: a) Taxa de redução do acervo; b) Tempo médio de tramitação; c) Índice de reforma das decisões; d) Volume de recursos aos tribunais superiores; e e) Economia processual gerada; 9- Criar repositório digital com banco de decisões modelo, estudos de caso e orientações procedimentais sobre a aplicação dos temas de repercussão geral nas execuções fiscais, acessível a todos os magistrados e servidores do TJAM.

Capacitações

Título da iniciativa: Uso das TPU's no dia a dia da Unidade Judiciária
Objetivo: Buscar aperfeiçoamento dos servidores quanto ao uso das TPU's.
Responsável: Gizelly Guimarães
Metodologia: aulas dialogadas e debates

Título da iniciativa: curso “Painéis de Metas e Business Intelligence (BI)”

Rede de Pesquisas Judiciárias



Objetivo: Divulgar e orientar servidores e magistrados para a utilização dos painéis Business Intelligence (BI) elaborados pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e pela equipe de Tecnologia da Informação do TJAM

Responsável: Gizelly Guimarães

Metodologia: aulas dialogadas e debates

Título da iniciativa: Oficina de Texto Acadêmico e Pesquisa Jurídica

Objetivo: partilhar e trocar experiências sobre como produzir pesquisas jurídicas de qualidade em uma perspectiva ética, humanista e interdisciplinar

Metodologia: aulas dialogadas e debates

Título da iniciativa: Jurimetria e o Poder Judiciário. Curso: Jurimetria: O Direito por meio de dados.

Objetivo: Entender o conceito e a importância da Jurimetria, bem como visualizar a aplicação eficiente da estatística aplicada ao direito.

Responsável: Fábio Tavares Amorim

Metodologia: Curso

Publicações

Título: Publicação de E-book do I Congresso de Servidores do TJAM

Resumo: Padronizar as atividades judiciais e cartorárias relativas aos processos cíveis que tramitam sob o procedimento comum.

Responsável: Gizelly Guimarães

Link para acesso à publicação:

Eventos

Título da iniciativa: I Congresso de Servidores do TJAM

Objetivo: apresentar e discutir soluções para o contingente processual do Tribunal de Justiça do Amazonas, além de dar visibilidade aos trabalhos científicos dos servidores e magistrados do TJAM

Responsável: Gizelly Guimarães

Metodologia: aulas dialogadas e debates

Iniciativas de articulação com outras unidades do Tribunal ou com outras instituições

Rede de Pesquisas Judiciárias



Título da iniciativa: Reestruturação e Ampliação da Pesquisa de Satisfação de Cliente externo

Objetivo: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes, visando superar as dificuldades de acesso à justiça

Responsável: Gizelly Guimarães

Metodologia: Disponibilização da Pesquisa online no Portal Eletrônico do TJAM; Disponibilização da Pesquisa online, por meio de disponibilização do material de divulgação com QR-code nas recepções das Unidades da Capital e Interior pertencentes ao Poder Judiciário Estadual

Título da iniciativa: Alinhamento de ações com grupos de pesquisas da EJUD

Objetivo: Alinhar ações conjuntas para a valorização e visibilidade dos trabalhos científicos dos servidores e magistrados do TJAM

Responsável: Gizelly Guimarães

Metodologia: diálogos por meio de reuniões

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Tribunal: Tribunal de Justiça do Amazonas

Nome: Gizelly Caroline França Guimarães

Cargo: Chefe de Setor

Telefone: (92)98187-4092

E-mail: gizelly.guimaraes@tjam.jus.br

Rede de Pesquisas Judiciárias



ANEXOS: Portarias do TJAM referentes ao Grupo de Pesquisas Judiciárias

Disponibilização: segunda-feira, 20 de março de 2023

Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Extra

Manaus, Ano XV - Edição 3522

4



RENATA CARVALHO BEZERRA - Secretária da Coordenadoria de Distribuição Processual de 2º Grau (PJ-DAS II)

Leia-se:

RENATA CARVALHO BEZERRA - Coordenadora de Distribuição Processual de 2º Grau (PJ-DAS III)

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1119, DE 20 DE MARÇO DE 2023.

A Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo art. 70, I, da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 462/2022, a qual dispõe sobre a gestão de dados e estatística, cria a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e os Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJ) no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 56, de 9 de janeiro de 2023, que estabelece a remuneração devida aos servidores designados para integrar comissões, comitês, subcomitês e grupos de trabalho no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1º. RESTABELECER, a contar de 01/03/2023, a Comissão denominada "**Grupo de Pesquisas Judiciárias**", constituída pelos membros abaixo:

Dra. Vanessa Leite Mota, Coordenadora;

Daniele Costa Porfírio de Souza, indicada pela CGJ/AM;

José Edson Ferreira Nunes Júnior, servidor formado em Estatística;

Lúcia Helena Nobre Klem, servidora formada em Tecnologia da Informação;

Mário César de Souza Fernandes, servidor formado em Direito, com experiência em Tabelas Processuais Unificadas (TPU) e parametrização;

Gizelly Caroline França Guimarães, servidora formada em Ciências Humanas com experiência em pesquisa empírica.

Art. 2º. ATRIBUIR aos membros o pagamento de gratificação no valor de 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo PJ-DAS III, nos termos do art. 2º da Portaria nº 56, de 9 de janeiro de 2023.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente

Rede de Pesquisas Judiciárias



PORTARIA Nº 511, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo artigo 45, I, da Lei Complementar nº 261, de 28 de dezembro de 2023, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 56, de 9 de janeiro de 2023, que estabelece a remuneração devida aos servidores designados para integrar comissões, comitês, subcomitês e grupos de trabalho no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria PTJ nº 71, de 14 de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO as informações contidas no processo administrativo SEI nº 2025/000000142-00,

RESOLVE:

Art. 1º RESTABELECEr a **Comissão do Grupo de Pesquisas Judiciárias**, instituída pela Portaria nº 1119, de 20.03.2023, instituída pela Portaria PTJ nº 139, de 12.01.2023, com a seguinte composição:

- I - Dr. Julião Lemos Sobral Júnior, Coordenador;
- II - Daniele Costa Porfírio de Souza;
- III - José Edson Ferreira Nunes Júnior, servidor formado em Estatística;
- IV - Lúcia Helena Nobre Klem, servidora formada em Tecnologia da Informação;
- V - Mário César de Souza Fernandes, servidor formado em Direito, com experiência em Tabelas Processuais Unificadas (TPU) e parametrização;
- VI - Gizelly Caroline França Guimarães, servidora formada em Ciências Humanas com experiência em pesquisa empírica, para secretariar os trabalhos;
- VII - Fábio Tavares Amorim.

Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º

Disponibilização: terça-feira, 11 de fevereiro de 2025

Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Extra

Manaus, Ano XVII - Edição 3974

15



Art. 2º ATRIBUIR à secretária o pagamento de gratificação no valor de 15% (quinze por cento) e aos demais membros 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo PJ-DAS III, nos termos do art. 2º da Portaria nº 56, de 9 de janeiro de 2023, a contar de 03 de janeiro de 2025.

Parágrafo único. O pagamento aos servidores fica vinculado ao aferimento da frequência, através do ponto eletrônico, após às 14h e até às 16h.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinatura eletrônica)

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente